

GIL, Carmen Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Org.). *Patrimônio cultural e ensino de história*. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

Ana Maria Nogueira Oliveira<sup>1</sup>

A obra é resultado de estudos e pesquisas de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Santa Catarina, todos envolvidos com a Educação Patrimonial. Em outra parte, são professores da Educação Básica e os licenciandos em História da UFRGS que compartilham suas experiências, as quais foram adquiridas nas atividades da disciplina de estágio de Docência em História III- Educação Patrimonial, que aconteceram de 2010 a 2012 em museus, arquivos, praças e escolas do Rio Grande do Sul.

Professores e estudantes relatam suas experiências e fazem reflexões acerca do espaço do tema do patrimônio no ensino de História, numa perspectiva atual. Ao relatarem suas ações educativas em escolas, museus e outros espaços de cultura, os licenciandos em História e professores, apresentam novas estratégias e perspectivas para a educação patrimonial. Chamam a atenção não somente para o papel do patrimônio de monumentos, mas também para o patrimônio local e imaterial, os saberes e fazeres populares que por muito tempo ficaram esquecidos, no ensino de História.

Segundo Carmem Zeli de Vargas Gil, professora da disciplina *Estágio de Docência em História III*, a escola, uma instituição fechada, aos poucos se abre para dialogar com outros espaços com potenciais educativos. Neste caso, a prática é uma oportunidade dos futuros professores refletirem, não só em metodologias e teorias, mas também em sua própria formação cultural. Além disso, eles entram em contato com outras formas de aprender e “ampliam suas reflexões a respeito da história”.

A partir dos anos 1980 a educação para o patrimônio ganhou importância, acentuando-se nos últimos anos e despertando grande interesse dos pesquisadores. No entanto, o termo educação em relação ao patrimônio já

---

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro de Museus\_ IBRAM/MinC. Mestre em Educação pela Universidade Federal de São João Del-Rei.

aparece desde as primeiras políticas de preservação. Mário de Andrade, quando da elaboração do documento de criação do SPHAN, nos anos 30, dizia que a preservação do patrimônio histórico já seria uma forma de educação. Recentemente, foi ampliado quando em 2002, o patrimônio *intangível* ou *imaterial* foram incluídos nas políticas oficiais para o patrimônio.

Outro importante aspecto que hoje percebemos na Educação Patrimonial é a visão crítica em relação à constituição do patrimônio. Nas ações educativas, tanto nos museus e centros de cultura quanto nos centros históricos, é importante dar relevância à discussão da constituição desse patrimônio e suas implicações políticas e sociais. Por que determinada produção cultural foi valorizada em detrimento de outra? Quem e em quais circunstâncias essas pessoas fizeram as escolhas do que preservar ou não?

Nos relatos dos docentes e discentes podemos perceber isso. Eles nos apresentam novas abordagens para a Educação Patrimonial no ensino de História. Baseando-se na ampliação do conceito de patrimônio, procurou-se a valorização dos saberes e fazeres populares, além de valorização do patrimônio local.

A experiência na Unochapecó, em que alunos dos cursos de Matemática, História, Artes Visuais e Letras foram incentivados a pesquisar junto às pessoas de seu próprio convívio, é um exemplo. A partir de questões da educação patrimonial, eles pesquisaram os saberes matemáticos, históricos, artísticos e literários. Os alunos se surpreenderam com o conhecimento que encontraram. Com isso perceberam o campo vasto de possibilidades para se trabalhar com patrimônio e memória no ensino de História.

Outro aspecto importante que apareceu em todas as experiências é o questionamento e reflexão em torno do patrimônio constituído. É necessário que conheçamos em qual circunstância e objetivos certos patrimônios foram constituídos. Para isso é necessário contextualizar e aprender mais sobre a história local e nacional nos seus aspectos sociais, políticos e econômicos. Nos museus, por exemplo, sabemos que a exposição é apenas um discurso construído, uma versão de muitas outras possíveis.

A experiência no Museu da Medicina mostrou o discurso dos médicos através da exposição de objetos que lá havia, mas também possibilitou falar dos

saberes populares no campo da saúde: uso de plantas medicinais, benzedadeiras e parteiras e outros.

As estratégias e recursos utilizados nas práticas merecem ser mencionados: leituras reflexivas da cidade, fotografias com discussão, entrevistas com pessoas do convívio, reflexão sobre o patrimônio do próprio bairro. Essas estratégias foram eficientes porque anteriormente houve a discussão acerca da contextualização histórico e social, local e nacional. Tudo isso possibilitou aos alunos fazerem relações e compreenderem as circunstâncias e escolhas pelas quais o patrimônio e a memória são constituídos. Além disso, é importante mencionar que os graduandos procuraram uma base teórica que desse suporte às suas práticas. Em seus textos percebemos as discussões e diálogos com os teóricos da área. Entre outros, podemos citar Walter Benjamin e seus conceitos de memória e patrimônio e sua relação com as experiências vividas; Mário Chagas também é citado, inclusive pelo seu questionamento do termo "educação patrimonial" que para ele é redundante, pois educação já é patrimonial. Márcia Chuvás, também, aparece em muitos dos textos, além de Chartier, Le Goff e Michel de Certeau.

É pertinente considerar que o estudo apresentou interessantes abordagens e estratégias de educação para o patrimônio. Valorizando não só o patrimônio monumentalizado, mas também os saberes e fazeres da cultura popular. Ademais, valorizou-se a contextualização nas atividades de estudo, possibilitando dessa forma reflexões sobre a forma de constituição do patrimônio e suas implicações políticas e sociais. É necessário discutir tanto aquilo que foi preservado quanto aquilo que foi esquecido. Assim, penso que esse estudo contribuiu para o desenvolvimento do campo da Educação para o patrimônio e de suas possibilidades no ensino de História.

*Recebido em 04 de março de 2016  
Aprovado em 16 de janeiro de 2018*